

CFESS Manifesta

3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Brasília, 23 de novembro de 2011
Gestão Tempo de Luta e Resistência

CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

www.cfess.org.br



O Serviço Social afirma:

envelhecer com dignidade é direito!

A concretização do direito de envelhecer com dignidade reflete uma das maiores conquistas que a humanidade pode alcançar. É com este olhar que devem ser enfrentados os desafios apresentados para que a pessoa idosa, no nosso país, usufrua a velhice com acesso à proteção social de qualidade. A atenção às suas necessidades em todas as dimensões, enquanto sujeito de direitos e de sonhos, requer esforços de todos/as, num contexto de crescente envelhecimento populacional.

A realização da 3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, entre os dias 23 e 25 de novembro de 2011, ao propor o tema “O compromisso de todos por um Envelhecimento Digno no Brasil” nos leva a importantes reflexões: O que significa viver a velhice com dignidade? Como concretizar direitos diante da lógica do capital, que cada vez mais restringe

acessos e conquistas? Uma sociedade, ao buscar “Envelhecer com dignidade”, exige que todos/as os/as envolvidos/as, e em especial o Poder Executivo, parlamento, movimentos sociais, trabalhadores/as e população em geral façam escolhas que tenham como norte a ampliação de direitos e a não aceitação de mercantilização das diferentes dimensões da vida.

Nestes tempos complexos e difíceis, marcados pela naturalização das relações sociais e econômicas, que responsabiliza o indivíduo pela sua própria proteção social, que privilegia a lógica do poder econômico na definição de acesso aos direitos, que não reconhece o direito de sonhar, “temos que estar atentos/os e fortes”, para que algumas conquistas históricas não se percam, além de lutarmos cotidianamente para a concretização e ampliação de várias outras.

Em recente manifesto do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), referente ao Dia da Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa, afirmávamos que a “a maior violência produzida socialmente é a que impede a apropriação da riqueza, construída coletivamente, por todos os membros desta mesma sociedade. A consciência desta contradição, própria do modo de produção capitalista, impõe a necessidade de enfrentamento de toda e qualquer forma de naturalização da violência nas sociedades divididas em classes sociais. A violência estrutural experimentada pela maioria da população possui dimensões particulares para aqueles/as que, ao longo da história, a construíram/reconstruíram e hoje vivenciam o ser idoso. História que passa de geração a geração, a história não registrada nos livros.” É com este entendimento que as análises devem ser realizadas visando ao acerto na ►

► definição de estratégias e ações necessárias para enfrentamento e superação desta realidade que ainda convive com altos índices de analfabetismo, abandono e “institucionalização hospitalar”, situação em que a instituição de saúde passa a ser o local de moradia de pessoas idosas.

Reafirmamos que a defesa do direito de envelhecer com dignidade passa pela garantia de acesso aos direitos sociais, conforme artigo 6º da Constituição Federal, abrangendo o direito à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à assistência social, entre outros.

É com esta perspectiva que o Conjunto CFESS-CRESS, composto pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Regionais de Serviço Social, representando aproximadamente 110 mil assistentes sociais, que atuam na formulação, planejamento e execução das políticas públicas, reafirma o compromisso ético-político profissional com a universalização dos direitos e com a emancipação humana. São inúmeras/os as/os assistentes sociais que atuam na defesa e promoção na garantia do acesso aos direitos da pessoa idosa e este acesso deve ser oferecido à população com qualidade, incluindo capacitação e formação continuada. Deve estar em consonância com os princípios contidos no Código de Ética Profissional, no qual destacamos, entre outros, a defesa da liberdade, da justiça social, do respeito às diferenças de raça, sexo, idade, etnia e orientação sexual. Princípios e diretrizes construídos historicamente, nas últimas décadas, pelo Serviço social brasileiro, e que tem direcionado a luta por uma sociedade que defenda a plena autonomia e expansão dos sujeitos.

Assim, destacamos algumas bandeiras de luta do Conjunto CFESS-CRESS, que estão em sintonia com a concretização dos direitos da pessoa idosa:

- defesa da Seguridade Social universal e ampla, abrangendo os direitos sociais elencados no artigo 6º da Constituição Federal;
- defesa da responsabilização do Estado na condução das políticas públicas;
- defesa do orçamento próprio para a Seguridade Social e pelo fim da Desvinculação das Receitas da União - DRU;
- defesa do Sistema Único de Saúde (SUS)



Nestes tempos complexos e difíceis, marcado pela naturalização das relações sociais e econômicas, que responsabiliza o indivíduo pela sua própria proteção social, que privilegia a lógica do poder econômico na definição de acesso aos direitos, que não reconhece o direito de sonhar, “temos que estar atentas/os e fortes”, para que algumas conquistas históricas não se percam, além de lutarmos cotidianamente para a concretização e ampliação de várias outras.

- com posicionamento contrário às privatizações, fundações privadas, Organizações Sociais, OSCIPs e outras modalidades de gestão, que não priorizam a gestão pública;
- defesa do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua regulamentação como importante mecanismo de consolidação da política de assistência social como direito;
- ampliação e fortalecimento da estratégia de Saúde da Família, com equipes estruturadas e com a inserção da/o assistente social na composição das equipes;
- fortalecimento dos serviços socioassistenciais e de saúde, especialmente na definição de uma política de cuidados de longa duração para idosos/as;
- fortalecimento da política de Previdência Social enquanto direito do/a trabalhador/a;
- fim do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição e reajustes de aposentadorias e pensões que mantenham o valor real dos benefícios;
- ampliação do acesso ao benefício assistencial, Benefício de Prestação Continuada (BPC), com o aumento da renda per capita e o não cômputo, na renda familiar, de benefícios previdenciários e assistenciais de valor igual a um salário mínimo;
- fortalecimento da adoção de mecanismos de enfrentamento contra todas as formas de discriminação e violência;
- fortalecimento dos espaços coletivos de controle democrático do Estado;
- oferecimento de serviços profissionais com qualidade, o que exige condições técnicas e éticas de trabalho, em especial dos/as assistentes sociais.
- estruturação e implantação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, conforme deliberações da 1ª e 2ª

Conferências Nacionais dos Direitos da Pessoa Idosa e em consonância com o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento.

A realidade do envelhecimento populacional é determinada socialmente. Atualmente, a esperança de vida ao nascer do/a brasileiro/a é de 73,1 anos. Este dado se altera diante de determinações concretas como acesso à renda, sexo e região do país em que se vive. As mulheres vivem em média 7 anos a mais que os homens. As realidades regionais são distintas quanto à esperança de vida: região norte 72,2 anos, região nordeste 70,4 anos, região sudeste 74,6 anos, região sul 75,2 anos e região centro-oeste 74,3 anos (IBGE, 2010).

Aqui manifestamos nosso compromisso ético-político no enfrentamento das expressões da “questão social” que roubam da população brasileira o direito ao envelhecimento com dignidade. Neste sentido, somamos à luta de todos os segmentos sociais que se mobilizam por uma nova ordem societária e, na atual conjuntura, na Campanha Nacional 10% do PIB para Educação Pública Já! (veja em <http://dezporcentoja.blogspot.com/>).

O envelhecimento com dignidade para todos/as é possível! A construção começa no tempo presente!

*A vida é uns deveres que trouxemos para fazer em casa.
Quando se vê, já são seis horas: há tempo...
Quando se vê, já é sexta-feira...
Quando se vê, passaram 60 anos!
Agora, é tarde demais para ser reprovado...
E se me dessem – um dia – uma outra oportunidade,
Eu nem olhava o relógio.
Seguia, sempre, sempre em frente...
E iria jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas.*

Poema Seiscentos e sessenta e seis
Mário Quintana



SCS Quadra 2, Bloco C,
Edf. Serra Dourada,
Salas 312-318
CEP: 70300-902
Brasília - DF
Fone: (61) 3223.1652
Fax: (61) 3223.2420
cfess@cfess.org.br

Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014)

PRESIDENTE Sâmia Rodrigues Ramos (RN)

VICE-PRESIDENTE Marinete Cordeiro Moreira (RJ)

1ª SEC. Raimunda Nonata Carlos Ferreira (DF)

2ª SECRETÁRIA Esther Luíza de Souza Lemos (PR)

1ª TESOUREIRA Maria Lucia Lopes da Silva (DF)

2ª TESOUREIRA Juliana Iglesias Melim (ES)

CONSELHO FISCAL

Kátia Regina Madeira (SC)

Marylúcia Mesquita (CE)

Rosa Lúcia Prêdes Trindade (AL)

SUPLENTE

Maria Elisa Dos Santos Braga (SP)

Heleni Duarte Dantas de Ávila (BA)

Maurílio Castro de Matos (RJ)

Marlene Merisse (SP)

Alessandra Ribeiro de Souza (MG)

Alcinélia Moreira De Sousa (AC)

Eriã Garcia Velasco - Tuca (MT)

Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PB)

Janaine Voltolini de Oliveira (RR)

CFESS MANIFESTA

3ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Conteúdo: Marinete Cordeiro Moreira e Esther Luíza de Souza Lemos (aprovado pela diretoria)

Assessoria de comunicação:

Rafael Werkema - JP/MG 11732

Diogo Adjuto - JP/DF 7823

comunicacao@cfess.org.br

Revisão: Diogo Adjuto

Design e ilustrações: Rafael Werkema